



GOVERNABILIDADE MUNDIAL E LIDERANÇA DE HOMENS E MULHERES

Sinto um enorme prazer em estar no Brasil e em me dirigir a brasileiros. Miguel Torga que, quando rapazinho pobre de Trás-os-Montes fora mandado aos 14 anos para a fazenda de um tio no Brasil, escreveu no seu diário:

"Só podemos saber o que é ser português quando se esteve ao Brasil."

É esse sentimento que marca hoje a minha presença entre vós neste evento conjunto da FIRJAN e do Centro de Liderança da Mulher a quem agradeço o convite.

Tinha pensado fazer uma elaboração teórica sobre o tema que me foi dado mas em vez disso é um exercício prático a que me vou dedicar. Daí as descontinuidades visíveis de temas e de estilos.

1. Tentarei enquadrar o que tenho a dizer no contexto da nossa reacção à situação do mundo;
2. Desenvolverei a governabilidade no momento que atravessamos;
3. Acrescentarei os outros grandes domínios da governabilidade;
4. Invocarei algumas das notas dominantes da liderança das mulheres.

O CONTEXTO – QUESTÕES PRÉVIAS

Se é certo que uma reflexão é sempre contextualizada no tempo e no espaço, falar, neste dia 20 de Setembro, de governabilidade no mundo é rever o que da imensa tragédia do dia 11 nos foi mostrado e saber que neste continente, no continente onde vivo, em todo o planeta, toda a gente se interroga, toda a gente se sente emocionada, compadecida, inquieta e perplexa.

Cada um de nós poderia fazer-se eco às palavras de Fernando Pessoa, no seu heterónimo Álvaro de Campos, quando escreve:

*"Tudo o que é humano me comove, porque sou humano.
Tudo me comove porque tenho,
Não uma semelhança com ideais ou doutrinas
Mas a vasta fraternidade com a humanidade inteira."*



Não tenho dúvida que, nas actividades mais diversas, é esta vasta fraternidade que nos anima.

Pois como é possível falar de governabilidade com lucidez e objectividade quando foram ultrapassadas todas as condições materiais em que ela assenta:

- a segurança das pessoas como expressão da dignidade do ser humano, dignidade de que nascem todos os seus direitos;
- o primado do direito e da justiça sobre a barbárie;
- a existência de Estados que cumpram a sua função fundamental de respeitar, defender e promover todos os direitos das suas populações;
- o imperativo da existência e reforço de mecanismos que impeçam os actos loucos e assassinos.

Como é possível reflectir sobre a governabilidade quando nos acolhemos passivamente à sombra de um Estado a que chamámos de Estado-providência? Ou quando confiamos sem reservas num mercado que, na terminologia da ideologia dominante, se auto-regula e de que se fala como se de uma pessoa se tratasse (patente em expressões como: “vamos ver como é que o mercado se comporta”, “não podemos prever porque temos de ver a reacção do mercado”, etc., e c.)?

Fundação Cuidar o Futuro

Falávamos de governabilidade quando, com a década de 90, julgámos, pela sequência anual de Conferências das Nações Unidas, que tínhamos aberto o caminho a uma agenda do séc XXI.

Pois não é certo que todas essas Conferências apontavam para uma ordem mundial mais humana?

- a conf, dos direitos da criança
- a conf. - aqui no Rio - sobre o ambiente e o desenvolvimento, a carta da Terra e a agenda 21
- a conf. sobre os direitos das mulheres enquanto direitos humanos
- a conf. sobre a população e o desenvolvimento onde se decidiu que as decisões relativas à procriação pertenciam aos seres humanos e não aos Estados
- a conferência sobre as mulheres e as condições de igualdade, desenvolvimento e paz,
- a conf sobre a pessoa humana no centro do desenvolvimento social,
- as condições de habitabilidade para todas as populações.

Mas todas essas intenções, muitas solenemente assumidas por mais de uma centena de chefes de estado, foram engolidas pelo buraco negro de uma cultura rejeitando as suas referências éticas e revelando:

- cada pessoa guiada pelo seu individualismo, quando não hedonismo,
- cada país na defesa dos seus interesses próprios,
- a sociedade e a civilização na euforia da acumulação e do consumo e presas da erotização da violência.

Tenho para mim que essa deriva da cultura humanista está na base do comportamento político dos decisores a todos os níveis. Poucos se preocuparam em dar corpo a essa agenda.



Talvez porque se convenceram que em 1989 tudo ficava definitivamente resolvido e apenas valia a pena continuar no seguimento da "vitória do capitalismo". Foi isso que entendeu, com uma percepção premonitória, Rahjni Kothari, pensador indiano, fundador do centro de estudos do desenvolvimento de Nova Delhi. Pouco depois da queda do muro de Berlim ele nos alertou para a paralisia de propostas alternativas. Ele tinha razão: ficámos sujeitos à tirania da falta de alternativas. (Foi talvez essa verificação, muito mal compreendida e interpretada, que terá levado a falar de "fim da história", quando a história colectiva em que todos os humanos, sem excepção, nascem iguais em direitos e em dignidade, ainda está bem longe – talvez cada vez mais longe...- no horizonte!)

O mundo ficou vazio, com a supremacia do que passou a chamar-se de "pensamento único", i.e., a simples manutenção e universalização do já conhecido. Não se definiram objectivos, não se analisaram com cuidado as estratégias necessárias nem as finalidades últimas e as prioridades que elas requeriam.

É nesse vazio que ganham relevo as palavras de Gramsci que diz, melhor do que alguém o fêz até agora, o momento trágico que o mundo está a viver:

*"O antigo definha,
o novo não consegue irromper;
neste interregno nascem os monstros."*

A GOVERNABILIDADE DO TERROR?

Quando as acções monstruosas surgem, são mais exigentes as análises a fazer, mais urgentes as perspectivas a abrir, mais rigorosa a necessidade de clarificação de termos.

Por isso julgo importante alguma reflexão sobre o próprio conceito de governabilidade que não se limita, longe disso, à acção governativa.

A governabilidade é a potencialidade de toda a sociedade de gerar no seu seio os princípios normativos, as movimentações sociais, os mecanismos institucionais capazes de assegurarem, na sua interacção, condições que garantam a qualidade de vida das populações e a interdependência sadia com os outros povos do globo.

De forma sumária, podemos dizer que a governabilidade requer:

- o conhecimento preciso e a definição exacta dos dados e dos factos;
- a capacidade de extrair dessa análise e definição o que se chama em linguagem empresarial "the core business" (a questão central) ou, em termos mais filosóficos, o paradoxo lógico que é a própria definição de qualquer problema;
- uma vez os dados em equação, a formulação de cenários possíveis para a resolução do problema;
- a clarificação dos actores e mecanismos requeridos por cada cenário e, sobretudo, pelo cenário mais verosímil;
- a rapidez e a exigência da tomada de decisão na sede própria.

Se tentarmos aplicar este esquema de análise à situação actual a que o dia 11 de Setembro sujeitou a governabilidade, temos de formular as questões ainda não respondidas:

- Quem são as pessoas envolvidas? Quando nos falamos em mais de 60 países onde estarão vivendo terroristas, quais são esses países? Dado que parece ser já inegável que os próprios EUA foram usados como rampa de lançamento desta gigantesca operação o que significa isso na acção interna americana?
- Qual é a natureza e a sequência dos factos e das possíveis acções? É particularmente importante a clara compreensão quanto ao carácter não religioso do atentado, apesar da movimentação de facções extremistas do Islão. E isto porque todas as religiões têm um ponto comum, a regra de ouro: "Não faças aos outros o que não queres que te façam a ti, trata os



outros como queres que te tratem". O suicídio como arma de ataque ao outro anula a premissa fundamental desta regra de ouro. E logo nos aproximamos mais do cerne do problema: se a questão não é primariamente religiosa, qual é então a sua natureza?

- Temos visto ao longo dos dias desdobrarem-se vários cenários que, neste momento incluem a procura tão completa quanto possível da rede terrorista, o congelamento das suas contas bancárias, a determinação de quem vende armas aos terroristas (não esquecer que as armas entregues no início aos talibãs o foram pelos EUA para combaterem as tropas russas). É encarada a luta armada para conseguir capturar os terroristas; num primeiro tempo, essa hipótese tinha a configuração de uma retaliação dos EUA mas começa a definir-se um cenário de participação de coligação. E o problema neste cenário leva necessariamente à questão dos actores sociais e políticos.
- Neste cenário, os actores só podem e devem ser as Nações Unidas, em particular o seu Conselho de Segurança, que são a sede de uma governabilidade democrática face a esta 'marchandage' patética que está a ter lugar nas conversações com a administração americana. (A NATO, enquanto tal, não tem lugar nesta acção; apenas a pedido das Nações Unidas por estas não possuírem um corpo militar capaz de fazer a paz mas unicamente de impedir a guerra)
- Se a acção militar fôr a decisão tomada pela ONU, deve respeitar os princípios de qualquer acção armada:
 - distinguir os objectivos militares e civis;
 - ser proporcional ao desafio encontrado;
 - desenvolver-se apenas o necessário para alcançar o objectivo militar evitando sofrimento desnecessário.

Mesmo que conseguíssemos elaborar um plano completo, sabemos que não se pode ter à partida a certeza sobre cada aspecto e, ainda menos, sobre o resultado final.

Entramos claramente e à vista de todos, num mundo mudado na sua forma de encarar as relações entre os povos.

Se as manifestações populares, por um lado, e a análise de cada um dos aspectos da globalização, por outro, já requeriam uma nova maneira de olhar



os fenómenos da sociedade global, o atentado do dia 11 tornou essa tarefa um imperativo.

Não é que o mundo tenha mudado subitamente nesse dia. O horror em que estamos mergulhados veio mostrar que essa mudança não pode continuar entregue a forças sem legitimidade para a definirem. Por isso a governabilidade surge assim como um conceito e uma prática que não pode mais ser adiada nem a sua ausência justificada por razões aleatórias. A governabilidade resulta da urgência de repensar e de reorientar a mudança. Para tal, é urgente que o mundo encontre a liderança de que precisa.

Já não se trata apenas de relações entre Estados. A própria sociedade não se forja apenas no domínio nacional.

A sociedade forja-se nas esferas conjugadas da nação/região/mundo.

As características de cada um destes níveis torna ainda mais complexo o sistema a construir.

Está em causa na governabilidade a atenção constante aos acontecimentos nesses três níveis e à sua permanente interacção. Só essa atenção permite a responsabilidade e a ética do cuidado, como já o intuíra nos anos 40 a grande pensadora Simone Weil.

Está em causa não uma política feita por políticos espectadores mas feita por homens e mulheres capazes de imaginar uma regulação internacional mais definida e mais transparente, mais controlada e mais eficaz, e, por tudo isso, mais democrática.

Vivemos num mundo de transição durante o período que se seguiu ao fim da Guerra Fria mas tivemos a ingenuidade de pensar que só os países saídos do comunismo é que se encontravam num período de transição. Ora a **transição diz respeito ao mundo inteiro.**

A tragédia do dia 11 assentou no que se pode considerar como o primeiro sinal dessa transição de âmbito global. Revelou-se a uma escala não imaginada a capacidade de pessoas, grupos, países até, se cruzarem, comunicarem entre si, estabelecerem sinergias nas auto-estradas do ciber-espço e, a partir daí, constituírem verdadeiros "bunkers" imateriais.



O terrível pesadelo que o mundo tem estado a viver leva-nos de um domínio de "relações internacionais" que ligavam entre si os Estados e que se podiam realizar bilateral ou multilateralmente para um mundo de entidades políticas interdependentes em que figuram os Estados, as regiões, a comunidade internacional, e indivíduos e grupos sem lugar nem estatuto definido.



Estamos perante um sistema complexo planetário sem precedentes na história do mundo. Um notável pensador americano, Richard Falk, escrevia-me ontem que essa "novidade" do terrorismo se caracterizou por três elementos que se reforçaram uns aos outros:

- a mudança do terrorismo caso por caso como tática para um terrorismo como guerra contra a sociedade civil, tanto simbolicamente como em termos de cataclismo maciço;
- a transformação da tecnologia do inimigo em armamento de destruição de milhares apenas através do acto simples de tomar de um avião;
- o compromisso de militantes em sacrificarem as suas vidas através de iniciativas por definição suicidárias.

A não-territorialidade acrescenta à vulnerabilidade do mundo moderno uma dimensão inédita e com a qual não sabemos como lidar.

Ao referir-se a essa vulnerabilidade, Filipe Gonzalez (que em termos de terrorismo sabe, por experiência, de que está falando) interroga-se num artigo publicado no dia 17:

"Será possível avançar pelo caminho da governabilidade desta nova realidade planetária induzida pelo fenómeno da globalização da informação, de economia, das finanças, e... agora do terror?"

Em cada momento de um sistema complexo há, como no-lo mostram os físicos, bifurcações ou nós, de onde podem surgir diferentes ramos. São momentos de grande instabilidade. É aí que se manifesta a um tempo a necessidade da governabilidade e a exigência da liderança.

E não é apenas o comportamento da Bolsa que o mostra. Pessoas de grande força moral e intelectual têm-no dito estes dias: "I am frightened." ("Estou apavorado.")

Um pequeno parêntesis para nomear o medo. As crianças perguntam aos pais e professores se no seu país os prédios altos vão cair. Desenham torres a serem cortadas ao meio por aviões. Mas também os adultos, todos os adultos, exprimem, cada um à sua maneira, esse medo. É importante falar dele. É falando do medo que ele pode ser exorcizado. O medo é o sentimento normal perante a irracionalidade, o desvario do assassinio em massa, o total desprezo do ser humano que transforma passageiros inocentes de um avião em bombas humanas. A coragem que é pedida a toda a humanidade não é o esconder do medo mas a capacidade de continuar a vida sem a esvaziar de sentido, redobrando no empenhamento na luta contra tudo o que pode provocar actos tão inesperados e devastadores. Sobretudo mostra que a governabilidade e a liderança não são apenas o resultado da racionalidade fria que a listagem que há pouco fiz parecia indicar. São, sim, o resultado de uma capacidade de lidar simultaneamente com ideias e emoções, com a clareza de uma decisão na multiplicidade das causas e dos factores implicados na própria análise do acontecimento. E já aqui permito-me dizer que a liderança das mulheres nos traz oportunidades novas. A multifuncionalidade da sua existência, a diversidade dos planos em que se move o seu quotidiano dá-lhes uma especial capacidade para, no seio da complexidade, encontrarem um novo entendimento e uma nova eficácia para a governabilidade.



A GLOBALIZAÇÃO DA GOVERNABILIDADE

Falei de um mundo já mudado mas que o horror do dia 11 e o que se está seguindo vem revelar. É particularmente verdade no que diz respeito à possibilidade de governabilidade de um mundo atravessado pela globalização de todas as áreas da vida humana. Se até à catástrofe do dia 11 alguns países podiam ter a veleidade de se manterem isolados do mundo, ignorando as consequências da globalização, hoje essa suprema arrogância caducou definitivamente. As grandes áreas da globalização que constituíam a preocupação de activistas, pensadores, organizações multi-laterais, tornaram-se hoje o 'campo de trabalho' de todos aqueles que sentem como suas as lutas pela sobrevivência e o grande sofrimento humano que lhes está ligado. Acabou o isolamento. A globalização está no cerne da governabilidade. Como preocupação. E como responsabilidade. Como objecto e como o próprio instrumento da governabilidade.

Vale a pena, por isso, acentuar a especificidade da globalização. Na Europa, há em alguns países a tendência para relativizar a globalização, pondo-a como sequência 'natural' da abertura ao mundo que a expansão europeia provocou a

partir do séc.XV. Convém, no entanto, afirmar que há uma ruptura epistemológica entre a mundialização que teve lugar ao longo dos últimos 5 séculos e a globalização que caracteriza o nosso relacionamento hoje. O que é global não é o que aparece simultaneamente em várias partes do mundo ou estabelece relações entre o mundo. A globalização diz respeito ao que se aplica ao mundo como um todo integrado, como um conjunto conectado.

Esta distinção decorre de um fenómeno novo, só possível pela radical transformação científica e tecnológica que se operou sobretudo nas últimas décadas. A passagem da comunicação tradicional para a comunicação à velocidade da luz é a base da grande transformação. Duas consequências modificam a geo-política do mundo: abre-se a possibilidade única de comunicação instantânea (tudo é vivido em todo o lugar em tempo real) e atingem-se todos os sectores da vida humana, mudando, em alguns casos, a natureza desses sectores.



Assim urge estabelecer as condições da governabilidade nas grandes áreas da globalização:

1. A própria comunicação, instantânea, o mundo em rede

Foi aqui que se inseriu a preparação do dial1 - como impedir que se repita? Como controlar a Internet??

Como controlar as comunicações que preparam catástrofes? E logo surgem problemas éticos como a garantia da propriedade intelectual, a salvaguarda da privacidade da comunicação entre as pessoas.

Os conteúdos dos media, sobretudo da TV devem ser regulados - mas como resistir às audiometrias e ao desejo do lucro, aspectos perversos do direito à liberdade de expressão?

Em toda esta área a governabilidade é necessariamente global.

2. A economia e as finanças

As primeiras áreas a aproveitar este progresso espectacular foram a economia e as finanças.

Para regular estas áreas é necessário desfazer os mitos que as invadem.

O primeiro mito é o da auto-regulação do mercado. Delors afirma com frequência que o mercado é míope.

O mesmo é dizer que os mercados têm um carácter espontaneamente instável e caótico, em particular na produção agrícola.

A intervenção pública é necessária para assegurar a regulação e ajustar a evolução dos preços, assegurar a remuneração aos produtores, garantir a manutenção da produtividade agrícola.

O segundo mito afirma que a concorrência tem a possibilidade de gerar a riqueza para todos.

E os limites da competitividade? P.ex. ainda na agricultura, há no mundo 1.300 milhões de produtores que praticam a agricultura manual enquanto apenas 28 milhões usam a agricultura mecanizada. O que significa a competitividade aqui?

O terceiro mito quer iludir-nos dizendo que o preço mundial é um critério pertinente para a orientação das produções. Isto não é verdade. O preço é determinado pelo preço do país exportador mais competitivo, adquirindo muitas vezes esse estatuto à custa da ajuda do Estado aos produtores. P.ex. o preço do leite é determinado pela Nova Zelândia que só produz 1,63% da produção mundial; o preço do trigo é determinado pelo preço nos EUA que só produz 5,84% da produção mundial.

O quarto mito é de que o mercado constitui o motor do desenvolvimento económico. Mas como explicar então que a exportação maciça de cacau, arroz, bananas, carne, café, para o Norte não tenha melhorado a vida dos produtores do Sul?

Das numerosas sugestões que têm sido propostas, haveria que regular através do código de conduta entre as empresas, da taxa Tobin, etc

Um aspecto fundamental é a criação de condições para a modificação dos padrões de consumo e dos esquemas de produção. Não é um problema moral mas técnico.

Mas para levar a cabo esta verdadeira revolução económica e financeira é indispensável uma governabilidade decidida e globalizada.

3. Os "global commons"

O património natural global requer essa mesma atitude. Lembro apenas os alimentos mais evidentes e os perigos a que estão sujeitos:

- Florestas – para além da beleza que oferecem, as florestas são os pulmões da atmosfera. Em certas regiões, a sua destruição conduziu já a



paisagens lunares, já que desaparecem 11 milhões hct/ano, i.e., em 30 anos o equivalente à área da Índia.

- Água – encontra-se atacada a todos os níveis:
Já dificilmente se podem encontrar a níveis normais acima do mar nascentes não contaminadas por produtos utilizados na agricultura, os rios são as correntes de água que mais sofrem as consequências da industrialização e da urbanização desenfreada.
 - O clima é particularmente afectado pela utilização de gases tóxicos resultantes de combustíveis fósseis. Há soluções possíveis e viáveis, como a da concentração nas energias renováveis. Mas é também este um dos domínios em que a tendência para o isolamento de alguns países, em particular os EUA, se tem feito sentir.
 - O espaço está já altamente povoado, constituindo um perigo para as populações do planeta e está já inserido na nova corrida aos armamentos.

LIDERANÇA DAS MULHERES E GOVERNABILIDADE GLOBALIZADA

A que novos paradigmas podemos recorrer para que a globalização não seja um caminho de destruição global?

Que forças novas, ainda não utilizadas, temos no mundo para que a governabilidade adquira um novo rosto?

A aposta que tem guiado toda a minha vida concentra-se na convicção de que as mulheres podem constituir uma força de radical transformação da irracionalidade institucionalizada em que vivemos.

A sua liderança está na sequência directa das enormes transformações que tiveram lugar durante o séc. XX. E sobretudo na afirmação inequívoca da sua identidade própria, gerada pela cultura milenária das mulheres (um povo que veio de longe) e sustentada pela reflexão filosófica sobre a sua irreduzível e inalienável capacidade de conceber, gerar e produzir a vida. Esta capacidade é um dado filosófico - capacidade de "dar à luz" - que se aplica a todas as mulheres independentemente do seu estatuto na sociedade. Transformar essa capacidade, conferir-lhe visibilidade e estatuto próprio é o primeiro passo para uma liderança de mulheres que transborde para além dessa metade da humanidade.



Essa nova liderança será pois outra maneira de olhar a governabilidade e de se forjar colectivamente **uma nova política.**

É deliberadamente que em vez de elaborar agora uma nova teoria vou pedir emprestada a voz de mulheres que descrevem, na nossa língua, cada uma à sua maneira como vêem a liderança das mulheres.

Maria do Céu Guerra, actriz e encenadora, descreve assim a novidade trazida pela liderança das mulheres:

*“Levantar a poeira,
e fazê-la de uma forma tão audaz e Radical
que o seu cair desenhe uma nova paisagem.”*

Por seu turno, Maria Teresa Horta, poeta (uma das 3 Marias da “Novas cartas portuguesas”) traça o “Retrato” da liderança de uma mulher:

*“Ela mede o fogo
pela alma*

*Faz uma traça de riso
em vez de lágrima*

*Tece o amor que tem
até aos outros*

*Troca o espírito e a paz
pela coragem*

*Ela teima na esperança
E volta ainda*

*Retoma o fio de prumo
Com que traça
A linha da vida
que assume*

*Dispondo do avesso
até à face*



Fundação Cuidar o Futuro

*Ela põe e repõe
o seu destino*

*Vai mais longe
naquilo que disfarça*

*Ela ousa o coração
E reafirma*

*Bordando o arco-íris
do que é frágil*

E é Maria Velho da Costa, escritora (outra das três Marias) que assim emite o seu maior voto pela liderança das mulheres:

“E possas tu deixar neste povo ao menos a memória de uma hora curta de verdade plena, de boa vontade límpida, de inteligência e sensibilidade novas. Nossas. Porque nem sempre é a integridade de um dirigente e o seu gosto pela vida o que faz mover as massas humanas. Mas é sempre o que elas esperam, o que veneram quando reconhecem, o que rememoram como sinal, só sinal, da sua própria vitalidade e grandeza.”



Impossível? Romântico? Sentimental? Não porque tudo isto só é possível com a persistência de quem nunca desiste. Por isso repito muitas vezes o que outra mulher poeta, Ana Luisa Amaral, diz humildemente:

*... e no deserto cuidar
que alguma flor*

persista.

É a esse cuidar que vos convido. E tenho a certeza de que no deserto algumas flores persistirão.

Maria de Lourdes Pintasilgo

(Rio de Janeiro, 20 Setembro 2001)